
TST – Transportes Sul do Tejo, SA
Relatório e contas

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, S.A.

Relatório e contas

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

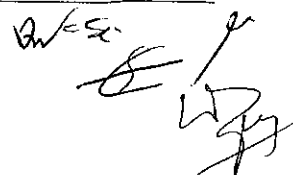
Conteúdo

- Relatório de Gestão
- Demonstrações financeiras
- Certificação Legal das Contas
- Relatório e Parecer do Fiscal Único



**T.S.T. - Transportes Sul do
Tejo, S.A.**

**Relatório e Contas
31 de Dezembro de 2010**



ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Keith John Bastow
Secretário	Célia Maria Sousa Cordeiro da Conceição Barradas
Secretário Suplente	Antero dos Santos Monteiro

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Presidente	David Timothy Chisnall Evans
Vogal	António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
Vogal	José Manuel de Sá Guimas
Vogal	Luís de Almada Guedes Machado
Vogal	Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
Vogal	Luís Manuel Delicado Cabaço Martins
Vogal	Robert Stephen Boyd

FISCAL ÚNICO

	Price Waterhouse Coopers e Associados SROC, Lda
	Representada por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão ou Ricardo Filipe de Frias Pinheiro
Suplente	José Manuel Henriques Bernardo



T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, S.A.

Relatório do Conselho de Administração

1 Actividade do ano

O sector dos transportes rodoviários de transporte de passageiros, durante o ano de 2010, não sofreu qualquer alteração do seu enquadramento legal e institucional, não se tendo feito sentir nenhum efeito decorrente da criação, no ano de 2008, das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto.

O cenário de dificuldades apresentado pelas contas públicas não permitiu que se evoluísse no objectivo da concretização da contratualização do serviço público realizado pelos operadores de transporte rodoviário, o que teve como consequência que as compensações acordadas para as imposições tarifárias fossem, novamente, inferiores ao seu valor real. Refira-se também que, face aos constrangimentos financeiros, o Estado não procedeu, em 2010, aos pagamentos das compensações acordadas respeitantes aos anos de 2009 e 2010, o que originou dificuldades de liquidez à empresa.

O ano económico da empresa foi, pois, influenciado pelo contexto macro económico que se viveu no País, com uma crise que afectou os vários agentes económicos, em resultado de uma redução do rendimento disponível, do aumento do desemprego e de uma contenção do investimento público e do produto interno bruto.

Esta situação levou a que, pelo segundo ano consecutivo, o Governo não efectuasse a actualização dos preços dos transportes, excepto no mês de Julho em que se verificou um pequeno aumento motivado pela subida da taxa do IVA, com um impacto negativo ao nível de proveitos da empresa.

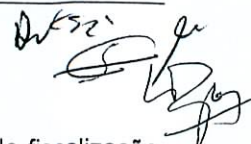
Para fazer face a esta conjuntura foi desenvolvido, ao longo do ano, um conjunto de iniciativas sendo a de maior relevância um estudo global de análise da rede de serviços, realizada em conjunto com um consultor externo, no sentido de melhorar a eficiência da rede e de identificar novas oportunidades de mobilidade.

Na sequência deste trabalho, implementado no quarto trimestre do ano, foi possível uma melhor adaptação da oferta à procura, reduzindo-se a oferta em 4,8% relativamente ao ano anterior.

Esta crise económica, que se acentuou ao longo do ano, teve consequências ao nível da mobilidade dos agentes económicos, afectando a procura nas deslocações em transporte colectivo. O nível de passageiros transportados no ano foi 2,1% inferior ao ano anterior, tendo este decréscimo feito sentir-se principalmente ao nível dos concelhos de maior densidade urbana como foram os casos de Almada e Setúbal. Refira-se que as deslocações ocasionais foram as mais afectadas com um decréscimo de 7,8%, enquanto as deslocações regulares diminuíram 1,2%.

Este comportamento da procura, associado ao não aumento dos preços, teve como reflexo uma diminuição dos proveitos do serviço público de transporte em 2,8%.

Com o objectivo de melhorar o nível de protecção de receitas e de aumentar a segurança na utilização dos serviços de transporte, procedeu-se à reestruturação do corpo de fiscalização com o apoio de uma entidade externa especializada. Simultaneamente, estabeleceu-se um acordo de parceria com as forças



de segurança, PSP e GNR, que passaram a actuar em conjunto com os nossos serviços de fiscalização em acções nos terminais e em carreiras com maior potencial de risco. Esta iniciativa foi bem acolhida pelos passageiros e pelos nossos motoristas que consideram ter havido um acréscimo de segurança.

A situação económica vivida, afectou também a actividade comercial de aluguer de viaturas, nomeadamente os serviços fixos a empresas que sofreram no ano uma redução de 6,6% nos proveitos. Para contrariar esta tendência, a empresa desenvolveu uma agressiva campanha de angariação de novos serviços ocasionais, com contactos personalizados a antigos clientes e maior acompanhamento dos serviços realizados. Em resultado desta actividade, realizaram-se mais 1.061 serviços que no ano anterior, tendo os proveitos crescidos cerca de 15%, compensando assim o decréscimo verificado nos serviços fixos.

A empresa continuou a investir nos seus recursos humanos, tendo desenvolvido um plano de formação de 21.759 horas, procurando melhorar as competências técnicas e comportamentais dos seus colaboradores. Este plano constituiu um significativo esforço da empresa ao incluir a obrigatoriedade do novo requisito para a habilitação de motoristas de serviço público.

Na estratégia de renovação das competências técnicas na empresa, foram admitidos três estagiários para as áreas de gestão e manutenção, estando o seu plano de desenvolvimento e integração a decorrer sob a coordenação da área de recursos humanos.

Dando cumprimento à estratégia de distribuição de frota pelas empresas do grupo Arriva, ao longo do ano foram recepcionadas 133 viaturas provenientes da Holanda. Esta situação originou um significativo acréscimo de trabalho na área da manutenção, tendo em consideração que na empresa não existiam viaturas com as especificações ou características técnicas idênticas àquelas que foram adquiridas.

Apesar deste acréscimo na aquisição de novas competências, a manutenção corrente da empresa decorreu de forma muito positiva, tendo sido possível uma redução do custo directo em cerca de 18%.

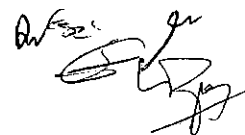
Saliente-se também, que em resultado do projecto de formação em condução defensiva, foi possível reduzir o consumo específico de gasóleo em 1,2%, situando-se num valor anual de 40,70 L/100km.

A empresa desenvolveu ao longo do ano um conjunto de iniciativas no âmbito da responsabilidade social, donde se pode salientar a realização de um programa de informação e apoio aos motoristas sobre regras de higiene de vida, a continuação da sensibilização sobre a racionalização dos consumos energéticos e de água, o aumento do número de locais para a separação de resíduos, e o estabelecimento dos princípios básicos para a elaboração do código de ética e conduta, como de ligação à comunidade local, com parcerias com ONG's de apoio a projectos de inclusão social.

Concretizando a preocupação estratégica de melhorar as condições de higiene e segurança dos seus colaboradores, a empresa obteve, neste ano, a certificação em Saúde e Segurança no Trabalho das instalações da Moita, de acordo com a OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008.

Prosseguindo a estratégia iniciada no ano anterior, deu-se continuidade ao desenvolvimento dos projectos de bilhética sem contacto e do sistema de ajuda à exploração.

Este último projecto foi apresentado durante a semana da mobilidade, com a presença do Senhor Secretário de Estado dos Transportes, tendo sido enfatizada a componente inovatória associada à informação sonora das paragens no interior dos autocarros, à instalação de monitores para a passagem de conteúdos informativos, e à colocação de painéis informativos nas paragens, alimentados por energia solar e com capacidade para prestarem informação sonora sobre os próximos serviços. A concretização deste projecto inovador em Portugal, para além de permitir uma gestão mais eficaz dos serviços através da sua monitorização em tempo real, apresenta um importante contributo na vertente ambiental e de inclusão social, pelo facto de melhorar a informação sobre os serviços de transporte público a grupos com limitações sensoriais.



Fiel à sua estratégia de desenvolvimento de parcerias locais, a empresa manteve ao longo do ano uma postura de diálogo com os principais parceiros, em particular com os órgãos de poder autárquico, principalmente quando se tratou da necessidade de avaliar alterações de serviço de transporte.

Em resultado do trabalho desenvolvido, a empresa apresentou um resultado operacional de € 1.115.885,86, e um resultado líquido de € 1.018.842,74.

2 Perspectivas Futuras

O cenário macroeconómico do País, principalmente a necessidade de conter o deficit das contas públicas, irá influenciar a mobilidade nas áreas onde a empresa desenvolve a sua actividade.

A estagnação do produto interno bruto, o previsível crescimento da taxa de desemprego, o aumento da carga fiscal sobre os vários agentes económicos, nomeadamente as famílias, irá condicionar de forma negativa as deslocações em transporte colectivo.

Face a este cenário, não será previsível um aumento de passageiros nos transportes públicos, tendo a empresa que dar uma particular atenção ao controlo e gestão dos seus custos de operação.

No âmbito da organização institucional do sistema de transportes públicos nas áreas metropolitanas, espera-se um desenvolvimento de acções, por parte da entidade reguladora do sector, no sentido de se dar andamento às negociações que permitam o estabelecimento da contratualização do serviço público prestado pelos operadores privados de transporte de passageiros. Sem esta definição não será possível estabelecer um quadro estável de desenvolvimento e consolidação das empresas que permita a prestação de um adequado serviço às populações.

A empresa continuará a apostar na qualidade dos seus serviços, desenvolvendo o seu sistema integrado de gestão da qualidade, num percurso de melhoria contínua, apostando na valorização dos seus recursos humanos através de um alargado plano de formação.

A vertente de responsabilidade social da empresa terá um enfoque especial, face ao cenário macro económico previsível, onde será desenvolvida uma particular atenção ao apoio aos nossos colaboradores.

3 Referências

O Conselho de Administração agradece o contributo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da actividade da empresa, designadamente clientes, fornecedores, consultores, instituições financeiras e demais entidades públicas e privadas.

A Administração expressa o seu reconhecimento a todos os colaboradores da empresa, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados neste exercício. Ao accionista o reconhecimento pelo incentivo, acompanhamento e apoio demonstrado ao longo do corrente ano.

4 Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com os Estatutos da Empresa, propomos que o Resultado Líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de € 1.018.842,74, seja distribuído da seguinte forma:

Dividendos: € 1.000.000,00

Resultados Transitados: € 18.842,74

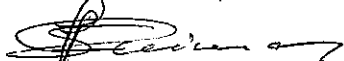
Laranjeiro, 27 de Julho de 2011

A ADMINISTRAÇÃO:

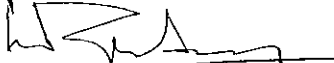
David Timothy Chisnall Evans (Presidente)



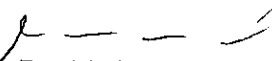
Antonio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio



José Manuel de Sá Guimas





Luís de Almada Guedes Machado



Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luis Manuel Delicado Cabaço Martins

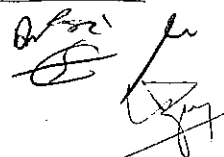
Robert Stephen Boyd

Aut. TST



Demonstrações Financeiras

Índice das demonstrações financeiras

Balanço.....	8
Demonstração dos resultados por naturezas.....	10
Demonstração das alterações no capital próprio	12
Demonstração de fluxos de caixa	14
Anexo às demonstrações financeiras	16
1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	19
4 FLUXOS DE CAIXA	25
5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	26
6 ACTIVOS INTANGÍVEIS	28
7 INVESTIMENTOS EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS E ASSOCIADAS	29
8 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	30
9 INVENTÁRIOS.....	31
10 CLIENTES	32
11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	33
12 ACCIONISTAS	33
13 OUTRAS CONTAS A RECEBER	34
14 DIFERIMENTOS	35
15 CAPITAL.....	36
16 OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	36
17 PROVISÕES	37
18 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	37
19 FORNECEDORES	38
20 OUTRAS CONTAS A PAGAR	38
21 RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	39
22 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	39
23 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	40
24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	40
25 GASTOS COM PESSOAL	41
26 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS.....	41
27 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	41
28 JUROS E GASTOS SIMILARES	42
29 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	42
30 DIVIDENDOS POR ACÇÃO.....	43
31 COMPROMISSOS	43
32 PASSIVOS CONTINGENTES	44
33 MATÉRIAS AMBIENTAIS	44
34 PARTES RELACIONADAS.....	44
35 EVENTOS SUBSEQUENTES RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO	46

Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located in the top right corner of the page.

Balanço

T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA
Demonstrações Financeiras (em euros)
31 de Dezembro de 2010

		31 de Dezembro	
		Notas	
ACTIVO		2010	2009
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	26.811.503,88	14.732.564,25
Activos intangíveis	6	14.831.751,30	15.001.539,40
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	34.115,16	41.719,07
Participações financeiras - outros métodos	7	82.686,22	83.594,03
Activos por impostos diferidos	8	520.304,16	391.207,85
		<u>42.280.360,72</u>	<u>30.250.624,60</u>
Corrente			
Inventários	9	407.009,99	331.444,55
Clientes	10	3.449.108,96	2.710.064,43
Adiantamentos a fornecedores		44.225,79	6.406,07
Estado e outros entes públicos	11	1.066.553,43	962.522,21
Accionistas/sócios	12	219.533,41	49.065,29
Outras contas a receber	13	8.485.588,95	5.046.967,68
Diferimentos	14	142.628,50	137.893,12
Caixa e depósitos bancários	4	507.477,76	780.214,46
		<u>14.322.126,79</u>	<u>10.024.577,81</u>
Total do activo		<u>56.602.487,51</u>	<u>40.275.202,41</u>
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	15	5.719.810,00	5.719.810,00
Reservas legais		1.410.437,11	1.410.437,11
Resultados transitados		3.930.426,66	2.703.008,01
Outras variações no capital próprio	16	1.420.624,68	1.343.883,86
Resultado líquido do período		<u>1.018.842,74</u>	<u>3.977.418,65</u>
Total do capital próprio		<u>13.500.141,19</u>	<u>15.154.557,63</u>
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	17	673.440,46	508.947,74
Financiamentos obtidos	18	13.853.138,97	4.436.294,99
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21	764.794,47	763.179,00
Passivos por impostos diferidos	8	535.536,07	520.337,40
Outras contas a pagar	12	2.300.000,00	2.300.000,00
		<u>18.126.909,99</u>	<u>8.528.759,13</u>
Corrente			
Fornecedores	19	4.758.719,86	5.748.935,10
Adiantamentos de clientes		900,00	1.465,00
Estado e outros entes públicos	11	991.411,31	1.000.989,34
Accionistas/sócios	12	5.389.327,80	2.620.691,00
Financiamentos obtidos	4, 18	8.622.908,80	2.529.164,91
Outras contas a pagar	20	5.125.728,29	4.583.725,35
Diferimentos	14	86.440,27	106.915,15
		<u>24.975.436,33</u>	<u>16.591.885,85</u>
Total do passivo		<u>43.102.346,32</u>	<u>25.120.644,98</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>56.602.487,51</u>	<u>40.275.202,41</u>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2010.

A ADMINISTRAÇÃO

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)

Antonio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimás

Luís de Almada Guedes Machado

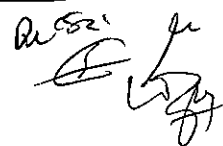
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luís Manuel Delicado Cabaço Martins

Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO DE CONTAS

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

Handwritten signatures in black ink, appearing to be initials or names, located in the top right corner of the page.

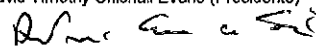
Demonstração dos Resultados por Naturezas

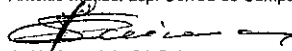
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2010	2009
Serviços prestados	22	48.729.783,47	49.898.057,36
Subsídios à exploração	23	2.927.667,56	2.949.161,46
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas a empreendimentos conjuntos	7	48.134,06	8.142,70
Trabalhos para a própria entidade		2.969.252,85	313.920,41
Custo das mercadorias vendida e matérias consumidas	9	(13.512.591,28)	(12.612.875,82)
Fornecimentos e serviços externos	24	(10.006.377,48)	(7.443.261,80)
Gastos com o pessoal	25	(24.337.246,04)	(24.754.904,25)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10, 13	(467.188,25)	(274.559,43)
Provisões (aumentos / reduções)	17	(164.492,74)	(64.558,12)
Aumentos/reduções de justo valor		(907,81)	-
Outros rendimentos e ganhos	26	1.545.717,67	1.438.428,55
Outros gastos e perdas	27	(833.471,49)	(944.227,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.898.280,52	8.513.323,29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(5.782.394,66)	(3.395.565,93)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.115.885,86	5.117.757,36
Juros e gastos similares suportados	28	(203.557,35)	(369.481,30)
Resultado antes de impostos		912.328,51	4.748.276,06
Imposto sobre o rendimento do período	29	106.514,23	(770.857,61)
Resultado líquido do período		1.018.842,74	3.977.418,65
Resultado por acção básico		0,89	3,48


As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o período findo em 31 de Dezembro de 2010.

A ADMINISTRAÇÃO

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)


Antonio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

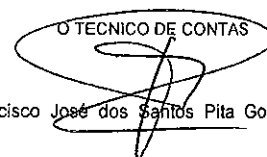

José Manuel de Sá Guimarães


Luís de Almeida Guedes Machado


Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luis Manuel Delicado Cabazo Martins

Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO DE CONTAS


Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

Ass: [assinatura]
[assinatura]

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA
Demonstrações Financeiras (em euros)
31 de Dezembro de 2010

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras		Resultado líquido do período	Total do capital próprio
						variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Em 1 de Janeiro de 2009		5.719.810,00	1.267.759,11	709.971,12	1.887.479,55		2.853.565,98		12.438.595,76
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (Nota 2)	2.4			(709.971,12)	604.640,48	234.102,19	-		128.771,55
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2.4			-	-	1.109.781,67	-		1.109.781,67
				(709.971,12)	604.640,48	1.343.883,86	-		1.238.553,22
Resultado líquido do período (anterior normativo)							2.911.983,88		2.911.983,88
Efeito da adopção do novo normativo contabilístico	2.4						1.065.434,77		1.065.434,77
Resultado integral							3.977.418,65		3.977.418,65
Operações com detentores de capital no período									
Distribuição de dividendos sobre o resultado do período findo em 31 de Dezembro de 2008	30	-	142.678,00	-	210.887,98	-	(2.500.000,00)		(2.500.000,00)
Aplicação parcial do resultado do período findo em 31 de Dezembro de 2008			142.678,00	-	210.887,98	-	(353.565,98)		-
			1.410.437,11	-	2.703.008,01	1.343.883,86	-		(2.500.000,00)
Em 31 de Dezembro de 2009		5.719.810,00	1.410.437,11	-	2.703.008,01	1.343.883,86	-	15.154.557,63	-
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	76.740,82	-		76.740,82
		-	-	-	-	76.740,82	-		76.740,82
Resultado líquido do período							1.018.842,74		1.018.842,74
Resultado integral							1.018.842,74		1.018.842,74
Operações com detentores de capital no período									
Distribuição de dividendos sobre o resultado do período findo em 31 de Dezembro de 2009	30	-	-	-	1.227.418,65	-	(2.750.000,00)		(2.750.000,00)
Aplicação parcial do resultado do período findo em 31 de Dezembro de 2009			-	-	1.227.418,65	-	(1.227.418,65)		-
			-	-	3.930.426,66	1.420.624,68	-		(2.750.000,00)
Em 31 de Dezembro de 2010		5.719.810,00	1.410.437,11	-	3.930.426,66	1.420.624,68	-	13.500.141,19	-

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2010.

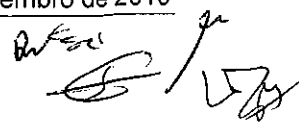
A ADMINISTRAÇÃO:

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)
Antonio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
José Manuel de Sá Guimões
Luis de Almeida Guedes Machado
Mário do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
Luis Manuel Delicado Cabaco Martins

Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

Handwritten signatures in black ink, including a large stylized signature and a smaller one to the right.

Demonstração de Fluxos de Caixa

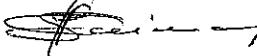
Notas	Períodos findos em 31 de Dezembro	
	2010	2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	50.456.489,91	52.365.329,00
Pagamentos a fornecedores	(30.114.210,34)	(25.055.452,80)
Pagamentos ao pessoal	(23.988.508,00)	(25.526.179,00)
Caixa gerada pelas operações	(3.646.228,43)	1.783.697,20
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(321.671,00)	(775.136,00)
Outros recebimentos/pagamentos	3.148.391,33	3.696.563,33
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais (1)	(819.508,10)	4.705.124,03
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(14.894.146,00)	(4.111.655,00)
	(14.894.146,00)	(4.111.655,00)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	1.694.064,00	1.388.286,40
Subsídios ao investimento	267.384,28	1.074.482,00
	1.961.448,28	2.462.768,40
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento (2)	(12.932.697,72)	(1.648.886,60)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	16.289.000,00	900.000,00
	16.289.000,00	900.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(3.274.259,00)	(4.669.837,20)
Juros e custos similares	(138.035,00)	(399.210,80)
	(3.412.294,00)	(5.069.048,00)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento (3)	12.876.706,00	(4.169.048,00)
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	(875.499,82)	(1.112.810,57)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	780.214,46	1.893.025,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(95.285,36)	780.214,46

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de Dezembro de 2010.

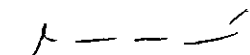
A ADMINISTRAÇÃO

David Timothy Chisnall Evans (Presidente)


Antonio Manuel Lupi Corrêa de Sampaio


José Manuel de Sá Guimarães


Luís de Almada Guedes Machado

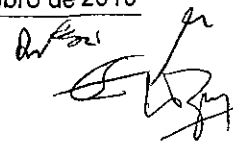

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Luis Manuel Delicado Cabaço Martins

Robert Stephen Boyd

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS


Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



Anexo às Demonstrações Financeiras

1 Introdução

A T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA, (referida neste documento como "TST", ou "Empresa") com sede na Rua Marcos Portugal, Laranjeiro, 2810-260 Almada, foi constituída por escritura pública, em Janeiro de 1995, então com a denominação de SOGESTRA – Gestão e Inovação de Transportes, SA. A Empresa tem por objecto principal o transporte de passageiros em autocarros.

No exercício de 2001 verificou-se a fusão, por incorporação, das Empresas Gestitrans – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, Covas & Filhos, Lda. e Transro – Gestão Operacional de Transportes, Lda. na TST.

A TST é detida integralmente pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA e faz parte de um dos maiores grupos internacionais de transportes de passageiros, a Deutsche Bahn AG.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 27 de Julho de 2011. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TST, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras constituem as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela TST de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") – emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010. De acordo com a NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, a Empresa preparou o seu balanço de abertura na data de transição a 1 de Janeiro de 2009. As demonstrações financeiras até 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade ("POC")) e Directrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística ("DC")). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas para o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), o Conselho de Administração alterou alguns dos critérios de contabilização e valorização aplicados nas demonstrações financeiras de 2010, de modo a que os mesmos se apresentem em conformidade com as "NCRF". Desta forma, os valores comparativos relativos ao exercício de 2009 foram re-expressos para reflectir esses ajustamentos. A reconciliação e descrição dos impactos da transição do normativo anterior para o "SNC" no Capital próprio e no resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009, são apresentados na Nota 2.4.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela TST, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer situações que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis, em todos os aspectos significativos, com os do exercício anterior.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF

A TST adoptou as NCRF, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009. A TST preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF ("NCRF 3").

Reconciliação dos ajustamentos de transição para SNC

Em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2009, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF teve o seguinte efeito nos capitais próprios:

Reconciliação do Capital próprio

O montante total de ajustamentos à data de transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras decorrente da conversão para as NCRF. Estes ajustamentos encontram-se reconhecidos em "Resultados transitados" e "Outras variações no capital próprio".

	Ajustamentos	31-12-2009	01-01-2009
Capital próprio de acordo com as contas POC		12.850.569,64	12.438.585,76
i) Ajustamentos por contrapartida de resultados transitados:			
- Anulação de activos intangíveis	1)	(99.759,58)	(99.759,58)
- Aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização da participação financeira na Rodinform	2)	(5.571,06)	(5.571,06)
		(105.330,64)	(105.330,64)
ii) Ajustamentos por contrapartida de Outras variações no capital próprio:			
- Subsídio ao investimento	3)	1.828.413,41	318.506,38
- Imposto diferido	3)	(484.529,55)	(84.404,19)
		1.343.883,86	234.102,19
iii) Ajustamentos por contrapartida do resultado do período findo em 31 de Dezembro de 2009 (ver detalhe abaixo)		1.065.434,77	-
Capital próprio de acordo com as contas SNC		15.154.557,63	12.567.357,31

Reconciliação do Resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009

A adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF originou um impacto no resultado líquido do exercício de 2009 conforme segue:

	Nº do Ajustamento	31-12-2009
Resultado líquido POC		2.911.983,88
Efeito da anulação da amortização do Goodwill no período	4)	1.107.513,84
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	5)	(2.709,87)
Efeito da anulação de activos intangíveis	6)	(39.369,20)
Total dos ajustamentos		1.065.434,77
Resultado líquido SNC		3.977.418,65

Detalhe dos ajustamentos

Os ajustamentos acima referidos na reconciliação dos capitais próprios e do resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2009, resultam das diferenças quantitativas identificadas entre o normativo POC e o SNC, as quais podem ser resumidas, como segue:

Ajustamentos 1 e 6 – Investimentos que, por não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos na NCRF 6, como Activos intangíveis, foram "desreconhecidos" em balanço por contrapartida de resultados transitados e resultado líquido do período, nos valores de € 99.759,58 e € 39.369,20, respectivamente;

Ajustamentos 2 e 5 – De acordo com as NCRF 3 e 13 foi aplicado o método de equivalência patrimonial (MEP) no reconhecimento da participação financeira na associada Rodinform, SA o que gerou perdas em 1 de Janeiro de 2009 (reconhecidas em Resultados transitados) e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 de € 5.571,06 e € 2.709,87, respectivamente;

Ajustamento 3 – Subsídios ao investimento recebidos do Governo e relacionados com activos fixos tangíveis. Em 1 de Janeiro de 2009 e 31 de Dezembro de 2009, os valores de subsídios relacionados com activos fixos tangíveis, líquido do efeito fiscal, ascendiam a € 234.102,19 e € 1.343.883,86, respectivamente;

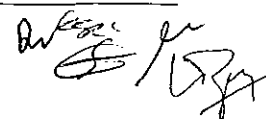
Ajustamento 4 – Anulação da amortização, no exercício, do Goodwill que resultou da fusão indicada na Nota 1. De acordo com a NCRF 14, o Goodwill reconhecido numa concentração de actividades empresariais não é amortizado.

2.5. Alterações às Demonstrações dos fluxos de caixa

As alterações à demonstração dos fluxos de caixa não foram consideradas significativas para divulgação.

3 Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa com base no SNC e NCRF. As demonstrações financeiras do



período de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foram re-expressas de acordo com este normativo.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

As demonstrações financeiras da TST e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional).

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções.

As cotações utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira são as indicadas pelo Banco de Portugal à data de 31 de Dezembro de 2010.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o "custo considerado" determinado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos adquiridos / construídos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos activos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

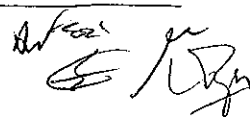
As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 25 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 5 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 8 anos

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico dos activos, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Activos intangíveis

A Empresa valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Activos Intangíveis, que refere que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.



A TST determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo.

Os activos intangíveis incluem essencialmente:

- (a) *Goodwill*, resultante da diferença apurada no processo de fusão realizado no exercício de 2001 (ver Nota 1), entre o valor de aquisição e os justos valores dos activos e passivos das empresas objecto de fusão;
- (b) Obtenção do direito de utilização da marca "Arriva" por um período de 15 anos, com início em 1 de Janeiro de 2006;
- (c) Programas de computador.

Os programas de computador são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, pelo período de 3 anos.

3.4. Imparidade de activos

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais. A Empresa realiza os testes de imparidade no final de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolvidas indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim, regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Investimentos em entidades associadas

Os investimentos em entidades associadas (participações iguais ou superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial. Subsequentemente, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

As restantes participações financeiras encontram-se registadas ao custo.

3.6. Inventários

Os inventários referem-se a bens e materiais de consumo e são registados pelo valor de aquisição.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.7. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transacção.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.8. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital corresponde ao capital realizado nos termos estatutários e que simultaneamente satisfaça a definição de instrumento de capital, no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) entre outros.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.


3.11. Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecido na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.



Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, a Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RGTGS"), de acordo com a legislação em vigor, integrando o grupo de empresas cuja sociedade dominante é a Arriva Investimentos SGPS, S.A. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa óptica individual, por contrapartida de uma conta a receber/pagar da/à Arriva Investimentos SGPS, S.A.

3.13. Benefícios pós-emprego

A Empresa procede ao pagamento a colaboradores que se encontravam em situação de reforma à data em que a Empresa foi privatizada, de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa obtém um estudo actuarial a 31 de Dezembro de cada ano e ajusta a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades, sendo o gasto reconhecido na demonstração de resultados do período, na rubrica de "Gastos com o pessoal".

3.14. Provisões

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português ao seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes), como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais estão relacionados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.



3.16. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

3.17. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.18. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da actividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Os rendimentos relativos à venda de bilhetes são reconhecidos no mês em que é concretizada a venda, por se entender ser esse o momento em que os benefícios económicos futuros associados à transacção fluem para a Empresa.

As receitas recebidas antecipadamente pela venda de passes são reconhecidas no mês seguinte quando os serviços inerentes são prestados.

Os rendimentos relativos a alugueres são reconhecidos no momento em que o serviço é prestado.

3.19. Matérias ambientais

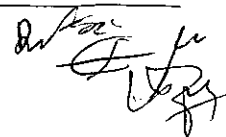
A TST efectua a monitorização adequada das questões ambientais que resultem do desenvolvimento da sua actividade. Devido à actividade da Empresa os riscos ambientais estão relacionados maioritariamente com a emissão de gases. No entanto, não é expectável que dos mesmos decorram passivos ambientais significativos, uma vez que a actividade da Empresa está centrada na prestação de serviços a terceiros.

Os encargos de carácter ambiental incorridos pela Empresa são, dependendo das suas características, capitalizados ou reconhecidos como gastos nos resultados operacionais do período.

3.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato financeiro a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se consideram ser razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são:



Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1 Activos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

3.20.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à sua identificação e avaliação.

4 Fluxos de caixa

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa", no balanço e para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, é como segue:

	2010	2009
Numerário		
Caixa	170.606,87	40.163,06
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	336.870,89	740.051,40
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	507.477,76	780.214,46
Linhas de crédito de curto prazo		
Descobertos bancários (ver Nota 18)	(602.763,12)	-
Equivalentes de caixa (passivo)	(602.763,12)	
	(95.285,36)	780.214,46

A Empresa não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os exercícios apresentados.

T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA
Demonstrações Financeiras (em euros)
31 de Dezembro de 2010

5 Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	3.011.213,09	5.495.059,90	42.920.542,37	334.143,51	460.030,37	1.543.028,83	2.854.027,29	56.618.045,36
Ajustamentos de conversão								-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	3.011.213,09	5.495.059,90	42.920.542,37	334.143,51	460.030,37	1.543.028,83	2.854.027,29	56.618.045,36
Aquisições		301.014,71	455.898,66	44.898,60	109.656,34	77.698,60	1.659.162,30	2.648.329,21
Transferências e abates		328.300,34	(1.483.019,79)		(130.021,49)	27.602,26	(786.291,34)	(2.043.430,02)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	3.011.213,09	6.124.374,95	41.893.421,24	379.042,61	439.665,22	1.648.329,69	3.726.898,25	57.222.944,45
Aquisições		140.066,34	13.597.553,43	14.647,72	65.248,60	120.777,24	3.827.605,22	17.765.898,55
Alienações	(33.314,11)	(59.132,49)	(604.906,64)	(7.680,00)				(705.033,24)
Transferências e abates			(7.203.142,88)	0,08		1.045.586,83	(1.033.308,08)	(7.190.864,05)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2.977.898,98	6.205.308,80	47.682.925,15	386.010,41	504.913,82	2.814.693,76	6.521.195,39	67.092.946,31

Depreciações acumuladas								
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)		2.388.211,03	37.267.241,62	281.378,38	322.339,89	1.049.798,42		41.308.969,34
Ajustamentos de conversão								
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	-	2.388.211,03	37.267.241,62	281.378,38	322.339,89	1.049.798,42	-	41.308.969,34
Depreciações do exercício		296.978,62	2.662.685,28	37.854,10	74.835,20	152.486,66		3.224.839,86
Transferências e abates			(1.844.513,13)		(130.021,49)	(68.895,40)		(2.043.430,02)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	2.685.189,65	38.085.413,77	319.232,48	267.153,60	1.133.390,70	-	42.490.380,20
Depreciações do exercício		298.070,76	4.915.256,32	38.353,15	77.569,57	283.356,26		5.612.606,06
Alienações		(18.094,14)	(604.906,64)	(7.680,00)				(630.680,78)
Transferências e abates			(7.203.550,60)		458,79	12.229,14		(7.190.862,67)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	2.965.166,27	35.192.212,85	349.905,64	345.181,96	1.428.976,10	-	40.281.442,43

Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	3.011.213,09	3.439.185,30	3.808.007,47	59.810,13	172.511,62	514.938,99	3.726.898,25	14.732.564,25
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	2.977.898,98	3.240.142,53	12.490.712,30	36.104,77	159.731,86	1.385.717,66	6.521.195,39	26.811.503,88

Handwritten signature and initials

Os valores mais significativos da rubrica de "Activos fixos tangíveis em curso" referem-se aos seguintes projectos:

Activos fixos tangíveis

	2010	2009
Equipamento básico - viaturas em preparação	2.794.594,28	5.179,03
Projecto bilhética sem contacto	2.171.275,11	1.244.035,61
Projecto informação ao cliente em tempo real	1.214.372,18	2.205.451,23
Edifícios e outras construções	315.583,59	263.111,15
Outros activos fixos tangíveis	25.370,23	9.124,23
	6.521.195,39	3.726.901,25

Os aumentos verificados na rubrica "Equipamento básico - viaturas em preparação" e "Equipamentos básico" (conta firme), deve-se à aquisição de 133 viaturas usadas a uma empresa do Grupo Arriva, na Holanda, que carecem de trabalho na área da manutenção, dado que na Empresa não existiam viaturas com as especificações ou características técnicas idênticas.

As transferências de Activos fixos tangíveis em curso para as rubricas de Activos fixos tangíveis (contas firmes), ocorridas em 2010, referem-se essencialmente ao projecto de informação ao cliente em tempo real e preparação de viaturas usadas (autocarros).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 o valor líquido dos activos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeiras é como segue:

Locações financeiras

	2010	2009
Valor bruto	7.505.162,00	9.810.178,31
Depreciações acumuladas	(4.882.414,00)	(6.556.959,00)
	2.622.748,00	3.253.219,31

As depreciações dos activos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

6 Activos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos activos intangíveis bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros activos intangíveis	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	23.983.526,83	15.000,00	51.179,52	2.481.466,63	26.531.173,08
Ajustamentos de conversão				(99.759,58)	(99.759,58)
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	23.983.526,83	15.000,00	51.179,52	2.381.707,05	26.431.413,50
Aquisições		39.369,20	25.898,00		65.267,20
Transferências e abates		(39.369,20)	(469,00)	(81.707,05)	(121.545,25)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	23.983.526,83	15.000,00	76.608,52	2.300.000,00	26.375.135,45
Transferências e abates		-	(25.226,49)		(25.226,49)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	23.983.526,83	15.000,00	51.382,03	2.300.000,00	26.349.908,96
Amortizações acumuladas					
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	10.693.360,83	15.000,00	34.747,89	541.936,81	11.285.045,53
Ajustamentos de conversão					-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	10.693.360,83	15.000,00	34.747,89	541.936,81	11.285.045,53
Amortizações do exercício			17.316,15	153.409,92	170.726,07
Transferências e abates			(469,00)	(81.707,05)	(82.176,05)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	10.693.360,83	15.000,00	51.595,04	613.639,68	11.373.595,55
Amortizações do exercício			16.378,68	153.409,92	169.788,60
Transferências e abates			(25.226,49)		(25.226,49)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	10.693.360,83	15.000,00	42.747,23	767.049,60	11.518.157,66
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	13.290.166,10	-	25.013,48	1.686.360,32	15.001.539,40
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	13.290.166,10	-	8.634,80	1.532.950,40	14.831.751,30

Teste de imparidade ao Goodwill

O teste de imparidade ao Goodwill foi efectuado por referência a 31 de Dezembro de 2010. Para efeitos do teste, o valor recuperável do activo (unidade geradora de caixa) foi determinado com base no valor de uso, através do apuramento dos fluxos de caixa descontados para a data presente – abordagem do rendimento, pelo método do Free Cash Flow to Firm – os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócios, com base no plano de negócios da Gestão para o período de 2010 a 2013, tendo para o efeito sido utilizados os seguintes elementos e pressupostos:

- Para os fluxos de caixa estimados para o período de 2010 a 2013 a Empresa utilizou o plano de negócios a 5 anos, aprovado pelo accionista;
- Para os fluxos de caixa esperados para o ano de 2014 e seguintes, a Empresa utilizou uma taxa de inflação de 2%;
- A taxa de desconto utilizada foi de 11%;

O resultado obtido permitiu demonstrar que o *goodwill* em 31 de Dezembro de 2010 não está em imparidade.

7 Investimentos em entidades conjuntamente controladas e Associadas

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos nas rubricas de Participações Financeiras foi o seguinte:

	Método de equivalência patrimonial	Custo de aquisição	Total
Participações financeiras			
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	50.000,00	83.594,03	133.594,03
Ajustamentos de conversão			-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	50.000,00	83.594,03	133.594,03
Método de equivalência patrimonial	(8.280,93)		(8.280,93)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	41.719,07	83.594,03	125.313,10
Transferências e abates		(907,81)	(907,81)
Método de equivalência patrimonial	(7.603,91)		(7.603,91)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	34.115,16	82.686,22	116.801,38
Perdas por imparidade			
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)			
Ajustamentos de conversão			
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	-	-	-
Transferências e abates			-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-
Transferências e abates			-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	41.719,07	83.594,03	125.313,10
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	34.115,16	82.686,22	116.801,38

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos financeiros:

2010					
Sede	Capital Próprio	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada	
<u>Subsidiárias (ao custo de aquisição)</u>					
Otlis, ACE	Lisboa	1.901.137,44	352.875,25	14,28	9.975,96
Salvador Caetano, SA	Porto			0,70	61.825,00
Ameseixal	Seixal	172.476,60	(14.585,74)		906,90
Ageneal	Almada	264.723,07	21.315,42		8.978,36
S.Energia Barreiro e Moita	Moita				1.000,00
					<u>82.686,22</u>
<u>Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)</u>					
Rodinform, SA	Lisboa	161.833,83	(46.761,54)	20,00	34.115,16
					<u>116.801,38</u>
2009					
Sede	Capital Próprio	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada	
<u>Subsidiárias (ao custo de aquisição)</u>					
Otlis, ACE	Lisboa	2.712.285,51	390.165,81	14,28	9.975,96
Salvador Caetano, SA	Porto			0,70	61.825,00
Utica, Lda	Lisboa				733,23
Citti, Lda	Lisboa				124,70
Ameseixal	Seixal	187.062,34	8.721,89		906,90
Ageneal	Almada	242.410,05	12.292,65		8.978,36
S.Energia Barreiro e Moita	Moita				1.000,00
Coop. Consumo Piedense	C.Piedade				49,88
					<u>83.594,03</u>
<u>Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)</u>					
Rodinform, SA	Lisboa	208.595,00	(13.549,33)	20,00	41.719,07
					<u>125.313,10</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 a Empresa reconheceu como ganhos na demonstração dos resultados, na rubrica ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, a quota parte do resultado apurado pela Otlis, ACE, no montante de € 55.738 (2009: € 9.744).

8 Activos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Activos por impostos diferidos			
	2010		2009	
	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido
Perdas por imparidade e provisões	1.963.411,95	520.304,16	1.476.256,07	391.207,85
	1.963.411,95	520.304,16	1.476.256,07	391.207,85

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Passivos por impostos diferidos			
	2010		2009	
	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido
Subsídios ao investimento	1.932.822,70	512.198,02	1.828.413,41	484.529,55
Ajustamento de amortizações	88.068,05	23.338,05	135.123,90	35.807,85
	2.020.890,75	535.536,07	1.963.537,31	520.337,40

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorridos para os exercícios apresentados, foi como se segue:

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	2010		2009	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	-	-	486.315,00	(42.260,47)
Ajustamentos de conversão (ver Nota 2.4)	-	-	-	(84.404,19)
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	391.207,85	(520.337,40)	486.315,00	(126.664,66)
Movimentos do exercício				
Impacto na demonstração de resultados				
Perdas de imparidade e provisões	129.096,31	-	(95.107,15)	-
Ajustamento de amortizações	-	12.469,80	-	6.452,62
	129.096,31	12.469,80	(95.107,15)	6.452,62
Impacto em outras rubricas de capital próprio				
Subsídios ao investimento (ver Notas 2.4 e 16)	-	(27.668,47)	-	(400.125,36)
	-	(27.668,47)	-	(400.125,36)
Saldo final em 31 de Dezembro	520.304,16	(535.536,07)	391.207,85	(520.337,40)

9 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	Bens e materiais de consumo	
	2010	2009
Saldo inicial	341.444,55	368.247,02
Compras	13.595.724,54	12.603.251,81
Regularizações	(7.567,82)	(17.178,46)
Saldo final	(417.009,99)	(341.444,55)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	13.512.591,28	12.612.875,82

Relativamente aos inventários classificados como bens e materiais de consumo, a evolução registada nesta rubrica e na de Imparidade de inventários foi como segue:

Bens e matérias de consumo
Imparidade de inventários

2010	2009
417.009,99	341.444,55
(10.000,00)	(10.000,00)
407.009,99	331.444,55

10 Clientes

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

2010		
Saldo bruto	Perdas por imparidade	Saldo líquido
Dívidas correntes:		
Clientes gerais	3.449.108,96	-
Clientes em imparidade	154.766,11	(154.766,11)
	3.603.875,07	(154.766,11)
		3.449.108,96

2009		
Saldo bruto	Perdas por imparidade	Saldo líquido
Dívidas correntes:		
Clientes gerais	2.710.064,43	-
Clientes em imparidade	144.479,83	(144.479,83)
	2.854.544,26	(144.479,83)
		2.710.064,43

Clientes gerais: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da prestação de serviços.

A evolução registada nos períodos apresentados das perdas por imparidade acumuladas de clientes é como se segue:

	2010	2009
A 1 de Janeiro	144.479,83	156.324,83
Movimentos do período:		
Efeito na demonstração dos resultados		
Reforços	30.855,00	23.884,63
Reversões	(3.435,00)	(450,00)
	27.420,00	23.434,63
Efeito em balanço		
Utilizações	(17.133,72)	(35.279,63)
	10.286,28	(11.845,00)
A 31 de Dezembro	154.766,11	144.479,83

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

11 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos de impostos a liquidar e a receber decompõem-se como segue:

	2010	2009
Activos correntes		
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"):		
A recuperar	709.982,80	152.027,72
Reembolsos pedidos	356.570,63	810.494,49
	1.066.553,43	962.522,21
Passivos correntes		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas		
Singulares ("IRS")	225.641,29	221.844,00
Contribuições para a Segurança Social	751.385,55	770.294,60
Outros impostos	14.384,47	8.850,74
	991.411,31	1.000.989,34

12 Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos reconhecidos nesta rubrica decompõem-se como segue:

O saldo a receber de Accionistas, no valor de € 219.533,41 (2009: € 49.065,29), refere-se ao crédito de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas ("IRC"), a recuperar da Arriva Investimentos, SGPS, SA por via da aplicação do RGTGS (ver Nota 3.12).

Para os períodos apresentados o saldo de IRC a recuperar da Arriva Investimentos, SGPS, SA tem a seguinte decomposição:

	2010	2009
Pagamento por conta	(321.671,00)	(730.252,00)
Retenção na fonte	(826,79)	(1.016,38)
Estimativa de IRC	35.051,88	682.203,09
IRC de 2007	67.912,50	-
	(219.533,41)	(49.065,29)

O valor em dívida a accionistas e empresas do Grupo nos períodos apresentados decompõe-se como segue:

Passivo não corrente

Valor a pagar pela utilização na marca
"Arriva" (ver Nota 3.3)

Passivo corrente

Atribuição de dividendos
Outros

2010	2009
2.300.000,00	2.300.000,00
2.300.000,00	2.300.000,00
5.250.000,00	2.500.000,00
139.327,80	120.691,00
5.389.327,80	2.620.691,00
7.689.327,80	4.920.691,00

13 Outras contas a receber

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber é como segue:

	2010			Total
	Corrente	Não corrente	Imparidades	
Adiantamentos a pessoal				
Pessoal	128.320,59	-	-	128.320,59
Outros devedores				
Indemnizações Compensatorias-Passes multimodais (1)	5.486.349,00	-	-	5.486.349,00
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 (2)	1.349.132,68	-	-	1.349.132,68
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	737.479,74	-	(439.768,25)	297.711,49
Subsidio PAII - Compensação passes terceira idade (4)	183.496,56	-	-	183.496,56
Seguradoras (5)	126.015,48	-	-	126.015,48
Outros (6)	1.202.116,15	-	(287.553,00)	914.563,15
	9.084.589,61	-	(727.321,25)	8.357.268,36
	9.212.910,20	-	(727.321,25)	8.485.588,95
	2009			Total
	Corrente	Não corrente	Imparidades	
Adiantamentos a pessoal				
Pessoal	91.210,74	-	-	91.210,74
Outros devedores				
Indemnizações Compensatorias-Passes multimodais (1)	2.742.178,00	-	-	2.742.178,00
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	729.915,26	-	-	729.915,26
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 (2)	645.386,51	-	-	645.386,51
Seguradoras (5)	126.131,50	-	-	126.131,50
Outros (6)	999.698,67	-	(287.553,00)	712.145,67
	5.243.309,94	-	(287.553,00)	4.955.756,94
	5.334.520,68	-	(287.553,00)	5.046.967,68

(1) O saldo da rubrica de Indemnizações compensatórias diz respeito à compensação financeira a receber do Estado, pela prestação do serviço público de transporte de passageiros.

(2) O valor de € 1.349.133 é respeitante à comparticipação a receber do Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT), pelo desconto de 50% efectuado nos passes 4_18 e Sub_23 para estudantes.

(3) Os valores registados na rubrica de Empresas intervenientes no sistema de passes da região de Lisboa, referem-se a valores relativos aos encontros de contas a efectuar entre os diversos operadores relativamente às receitas dos passes multimodais e combinados.

(4) Na rubrica Subsidio PAII estão registados os valores a receber do Estado, no âmbito do Programa de Apoio Integrado a Idosos.

(5) O montante de € 126.015 registado na rubrica de Seguradoras, reflecte os custos estimados com a reparação de viaturas sinistradas cujos custos são suportados por Seguradoras.

(6) O saldo da rubrica de Outros devedores compreende fundamentalmente (i) a prestação de serviços de publicidade nos nossos autocarros no valor de € 330.500, dos quais € 250.000, de acordo com a NCRF 12, estão em imparidade e (ii) € 78.971 a receber da Volvo Truck Espana.

A evolução registada nos exercícios das perdas por imparidade acumuladas de Outras contas a receber é como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Em 1 de Janeiro	287.553,00	36.428,20
Movimentos do período		
Reforços	<u>439.768,25</u>	<u>251.124,80</u>
Em 31 de Dezembro	<u>727.321,25</u>	<u>287.553,00</u>

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa tem registado nas rubricas de "Diferimentos", no activo e no passivo, os seguintes saldos:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Gastos a reconhecer		
Rendas pagas	67.785,46	59.785,46
Seguros pagos	10.869,53	-
Encargos financeiros	3.461,56	8.023,60
Outros gastos a reconhecer	<u>60.511,95</u>	<u>70.084,06</u>
	<u>142.628,50</u>	<u>137.893,12</u>
Rendimentos a reconhecer		
Titulos TST	61.440,28	106.915,15
Outros rendimentos a reconhecer	<u>24.999,99</u>	<u>-</u>
	<u>86.440,27</u>	<u>106.915,15</u>

A natureza dos gastos a reconhecer refere-se a serviços pagos antecipadamente, os quais respeitam a mais do que um período económico.

Os rendimentos a reconhecer dizem respeito essencialmente a passes sociais vendidos, cuja utilização será efectuada no período seguinte.

15 Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.143.962 acções com o valor nominal de 5 euros, cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2010 é como segue:

Entidade	%	Valor
Arriva Transportes da Margem Sul, SA	100%	5,718,810,00

16 Outras variações no capital próprio

A rubrica "Outras variações no capital próprio" refere-se aos movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, respeitantes aos subsídios recebidos do Governo e relacionados com activos fixos tangíveis:

Subsídios do Governo

Subsídio	2010				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período (ver Nota 26)	Subsídio por reconhecer
Subsídios relacionados com activos:					
- Para aquisição de frota	812.500,00	812.500,00	-	98.292,00	194.535,44
- Para aquisição de equipamento de bilhética	2.312.025,74	843.063,82	1.468.961,92	64.682,99	843.063,82
- Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real	1.065.570,00	959.481,50	106.088,50	-	895.223,44
- Outros	246.582,47	246.582,47	-	-	-
	<u>4.436.678,21</u>	<u>2.861.627,79</u>	<u>1.575.050,42</u>	<u>162.974,99</u>	<u>1.932.822,70</u>
Efeito do imposto diferido (ver Nota 8)					(512.198,02)
					<u>1.420.624,68</u>

Subsídio	2009				
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Subsídio por reconhecer
Subsídios relacionados com activos:					
- Para aquisição de frota	812.500,00	812.500,00	-	139.500,00	292.833,11
- Para aquisição de equipamento de bilhética	2.312.025,74	575.679,54	1.736.346,20	-	575.679,54
- Para aquisição de equipamento de informação ao cliente em tempo real	1.065.570,00	959.481,50	106.088,50	754,01	959.481,50
- Outros	246.582,47	246.582,47	-	-	419,26
	<u>4.436.678,21</u>	<u>2.594.243,51</u>	<u>1.842.434,70</u>	<u>140.254,01</u>	<u>1.828.413,41</u>
Efeito do imposto diferido (ver Nota 8)					(484.529,55)
					<u>1.343.883,86</u>

17 Provisões

A evolução das provisões, para os períodos apresentados é como segue:

	Processos judiciais em curso	Outras provisões	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (POC)	85.584,91	963.220,71	1.048.805,62
Ajustamentos de conversão			-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (SNC)	<u>85.584,91</u>	<u>963.220,71</u>	<u>1.048.805,62</u>
Movimentos do período			
Impacto na demonstração dos resultados			
Aumentos	-	310.000,00	310.000,00
Reversões	(80.774,00)	(164.667,88)	(245.441,88)
	<u>(80.774,00)</u>	<u>145.332,12</u>	<u>64.558,12</u>
Impacto em balanço			
Utilizações	-	(604.416,00)	(604.416,00)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>4.810,91</u>	<u>504.136,83</u>	<u>508.947,74</u>
Movimentos do período			
Impacto na demonstração dos resultados			
Aumentos	15.000,00	315.500,00	330.500,00
Reversões	-	(166.007,26)	(166.007,26)
	<u>15.000,00</u>	<u>149.492,74</u>	<u>164.492,74</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>19.810,91</u>	<u>653.629,57</u>	<u>673.440,48</u>

As variações registadas no exercício de 2010 decorrem fundamentalmente do aumento da provisão para pagamento de franquias de seguros referentes a sinistros de exploração.

18 Financiamentos obtidos

O detalhe dos Financiamentos obtidos no final dos exercícios apresentados, é como segue:

	2010	2009
Não corrente		
Empréstimos bancários	678.407,36	855.000,00
Locações financeiras	1.230.874,71	1.807.438,09
Outros financiamentos - empresas do grupo	11.943.856,90	1.773.856,90
	<u>13.853.138,97</u>	<u>4.436.294,99</u>
Corrente		
Empréstimos bancários	180.000,00	45.000,00
Contas caucionadas	3.489.000,00	-
Descobertos bancários (ver Nota 4)	602.763,12	-
Locações financeiras	1.721.145,68	2.484.164,91
Outros financiamentos - empresas do grupo	2.630.000,00	-
	<u>8.622.908,80</u>	<u>2.529.164,91</u>

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

Não corrente

1 a 2 anos
2 a 3 anos
3 a 4 anos
4 a 5 anos
mais de 5 anos

2010	2009
1.997.532,75	1.537.714,69
1.738.481,87	495.448,73
1.424.860,09	288.013,59
1.310.000,00	206.261,08
7.382.264,26	1.908.856,90
13.853.138,97	4.436.294,99

Locações financeiras

O valor actual do financiamento obtido com contratos de locação financeira decompõe-se como segue:

	2010	2009
Até 1 ano	1.721.145,68	2.484.164,91
Entre 1 a 5 anos	1.230.874,71	1.807.438,09
Valor actual do passivo das locações financeiras	2.952.020,39	4.291.603,00

19 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as rubricas de Fornecedores apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2010	2009
Fornecedores gerais	4.539.546,33	5.638.245,43
Fornecedores grupo (ver nota 34.2)	174.697,71	67.718,11
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	44.475,82	42.971,56
Total saldo fornecedores - correntes	4.758.719,86	5.748.935,10

O saldo a pagar aos fornecedores - grupo refere-se à aquisição de cartões para passes sociais, à Otlis, ACE.

20 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe das rubricas de Outras contas a pagar é como segue:

		2010			2009		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos							
	i)	331.907,30	-	331.907,30	403.369,69	-	403.369,69
Fornecedores grupo (ver nota 34.2)		476.948,84	-	476.948,84	111.211,84	-	111.211,84
		808.856,14	-	808.856,14	514.581,53	-	514.581,53
Credore por acréscimos de gastos							
	iii)	3.391.323,51	-	3.391.323,51	3.299.689,23	-	3.299.689,23
Outras contas a pagar		216.274,76	-	216.274,76	138.319,95	-	138.319,95
		3.607.598,27	-	3.607.598,27	3.438.009,18	-	3.438.009,18
Credores diversos		709.273,88	-	709.273,88	631.134,64	-	631.134,64
Outras contas a pagar		5.125.728,29	-	5.125.728,29	4.583.725,35	-	4.583.725,35

- i) Fornecedor gerais - saldo referente à aquisição de bens e serviços relacionados com activos fixos tangíveis, nomeadamente viaturas, edifícios e outras construções, instalação de equipamentos e outros activos.
- ii) Fornecedores grupo – saldo referente à aquisição de equipamento de bilhética sem contacto, efectuado à Otis, ACE.
- iii) Remunerações a pagar – refere-se a férias, subsídio de férias, prémios e outras remunerações e respectivos encargos sociais que se vencem para pagamento em 2011.
- iv) Outras contas a pagar – credores diversos por acréscimos de gastos.
- v) Credores diversos – compreende valores a pagar a empresas intervenientes na venda de passes multimodais e combinados, valores recebidos de conta da Empresa pelos agentes/comissionistas pela venda de passes sociais a utilizar no período seguinte e juros a liquidar.

21 Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Conforme referido na Nota 3.13, a Empresa tem a responsabilidade de pagar pensões de reforma a trabalhadores que se encontravam na situação de reforma à data da sua privatização. As responsabilidades e os correspondentes gastos anuais são determinados com base em estudos actuariais realizados por uma entidade especializada, tendo sido utilizados os seguintes pressupostos e metodologia de cálculo:

	2010	2009
Tábua de Mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de rendimento do fundo	4.5%	4.5%
Taxa de crescimento das pensões	0.0%	0.0%
Número de pagamentos de rendas	13 vezes ao ano	
Metodologia de cálculo das pensões em pagamento	rendas vitalícias imediatas	
Obrigações no balanço de pensões	764.794,47	763.179,00
Gastos nas demonstração dos resultados de pensões (ver Nota 25)	116.854,98	22.722,90

22 Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados dos períodos apresentados é detalhado como segue:

	2010	2009
Serviços regulares de transporte de passageiros		
Passes sociais	25.473.406,84	25.543.706,00
Bilhetes	15.670.944,00	16.820.222,00
Serviços de aluguer de autocarros de passageiros	7.449.064,00	7.481.049,00
Outros	136.368,63	53.080,36
	48.729.783,47	49.898.057,36

23 Subsídios à exploração

Esta rubrica compreende fundamentalmente subsídios concedidos (i) pelo Estado, a título de indemnizações compensatórias pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, no montante de € 2.744.171 (2009: € 2.742.178) e (ii) pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social como participação nos encargos decorrentes da eliminação das restrições horárias nos passes da terceira idade (PAII), no valor de € 183.497 (2009: € 182.505).

24 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com Fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2010	2009
Subcontratos (i)	32.170,87	9.766,64
Serviços especializados		
Conservação e reparação	4.772.155,89	2.405.493,01
Trabalhos especializados (ii)	541.348,92	519.622,51
Comissões	383.237,96	414.978,92
Vigilância e segurança	382.263,92	278.042,24
Publicidade e propaganda	181.574,38	147.471,13
Honorários	38.511,93	13.371,19
	<u>6.299.093,00</u>	<u>3.778.979,00</u>
Materiais		
Energia e fluidos	429.148,17	378.350,58
Deslocações, estadas e transportes	86.204,14	66.582,28
Serviços diversos		
Rendas e alugueres (iii)	1.266.513,93	1.280.972,38
Portagens	658.913,27	656.063,16
Seguros	483.124,08	513.198,64
Limpeza, higiene e conforto	224.544,59	228.290,13
Comunicação	191.283,15	177.552,03
	<u>2.824.379,02</u>	<u>2.856.076,34</u>
Outros	335.382,28	353.506,96
	<u>10.006.377,48</u>	<u>7.443.261,80</u>

i) Subcontratos: referem-se ao afretamento de autocarros para efectivação de serviços de aluguer:

ii) Trabalhos especializados: valores pagos pela Empresa por serviços de assistência técnica, auditoria, informática (processamento de dados e desenvolvimento de aplicações), qualidade e comunicação e imagem.

iii) Rendas: referem-se ao pagamento de rendas das seguintes instalações:

- Centro de Manutenção de Setúbal
- Centro Operacional de Setúbal
- Centro Operacional de Almada

A variação ocorrida na rubrica de Fornecimentos e serviços externos no período findo em 31 de Dezembro de 2010 face ao período homólogo do ano anterior deve-se, fundamentalmente, aos gastos com a preparação de viaturas usadas adquiridas para renovação da frota (ver Nota 5).

25 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos durante os exercícios de 2010 e 2009 foram como segue:

	2010	2009
Remunerações		
Administração	604.941,95	599.197,57
Pessoal	19.072.985,49	19.524.176,10
	<u>19.677.927,44</u>	<u>20.123.373,67</u>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	4.166.819,35	4.259.944,50
Pensões (ver Nota 21)	116.854,98	22.722,90
Gastos de acção social	89.401,59	65.149,88
Outros	286.242,68	283.713,30
	<u>4.659.318,60</u>	<u>4.631.530,58</u>
	<u>24.337.246,04</u>	<u>24.754.904,25</u>

O número médio de empregados da Empresa em 2010 foi de 1.151 (2009: 1.165)

26 Outros rendimentos operacionais

A rubrica de Outros rendimentos operacionais apresenta-se como segue:

	2010	2009
Rendimentos suplementares	594.211,57	437.362,82
Sinistros com viaturas	506.113,58	664.638,31
Utilização do subsídio ao investimento (ver Nota 16)	162.974,99	140.254,01
Ganhos em alienação de activos tangíveis	115.086,88	-
Descontos de pronto pagamento	111.105,18	81.987,54
Outros rendimentos	56.225,47	114.185,87
	<u>1.545.717,67</u>	<u>1.438.428,55</u>

27 Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de Outros custos operacionais é apresentado como segue:

	2010	2009
Sinistros com viaturas	389.832,22	499.007,11
Correcções relativas a exercicios anteriores	130.573,61	40.596,71
Dívidas incobráveis	85.154,57	3.745,40
Impostos e taxas	61.253,35	59.037,73
Multas fiscais e não fiscais e penalidades	22.647,83	28.889,13
Perdas em inventários	9.903,15	18.902,16
Indemnizações por rescisão contrato trabalho	-	193.563,00
Outros gastos	134.106,76	100.486,53
	<u>833.471,49</u>	<u>944.227,77</u>

28 Juros e gastos similares

Os juros e gastos similares dos exercícios de 2010 e 2009 decompõem-se como segue:

	2010	2009
Juros suportados de		
Financiamentos bancários	50.433,99	64.497,04
Locações financeiras	61.339,82	153.612,39
Financiamentos de empresas do grupo	71.721,79	132.719,97
Outros gastos similares	20.061,75	18.651,90
	203.557,35	369.481,30

29 Imposto do exercício

O imposto sobre o rendimento do período reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 decompõe-se como segue:

	2010	2009
Capital próprio		
Imposto diferido (ver Nota 8)	27.668,47	400.125,36
	27.668,47	400.125,36
Demonstração dos resultados		
Imposto diferido (ver Nota 8)	(141.566,11)	88.654,52
Imposto corrente (ver Nota 12)	35.051,88	682.203,09
	(106.514,23)	770.857,61

As taxas de imposto adoptadas na determinação do IRC dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é conforme segue:

	2010	2009
Taxa nominal de imposto		
Até € 12.500 de matéria colectável	12,50%	12,50%
Superior a € 12.500	25,00%	25,00%
Derrama sobre o lucro tributável	1,50%	1,50%

A reconciliação do montante de IRC dos períodos apresentados é conforme segue:

	2010	2009
Resultado antes de Imposto	912.328,51	4.748.276,06
Taxa de imposto	26,33%	26,47%
	240.204,55	1.256.730,66
Gastos não dedutíveis	337.733,04	280.610,57
Rendimentos não tributáveis	(719.503,70)	(799.733,40)
Tributações autónomas	35.051,88	33.249,78
	(106.514,23)	770.857,61
Imposto s/ rendimento corrente (ver Nota 12)	35.051,88	682.203,09
Imposto s/ rendimento diferido (ver Nota 8)	(141.566,11)	88.654,52
Imposto sobre o rendimento do período	(106.514,23)	770.857,61
Taxa efectiva de imposto		16,2%

A redução da taxa efectiva de imposto deve-se, essencialmente, à majoração em 20% dos gastos suportados com a aquisição de combustíveis para abastecimento de veículos afectos ao transporte público de passageiros, medida decorrente do acordo ANTROP-Governo para 2010, prevista no Orçamento de Estado para 2010, na parte consagrada ao Estatuto dos Benefícios Fiscais no seu Artº 70º - Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias.

30 Dividendos por acção

Os dividendos atribuídos em 2010 referentes ao exercício de 2009 ascenderam a € 2.750.000 (€ 2,40 por acção). Em 2009 foram atribuídos dividendos no montante de € 2.500.000 (€ 2,19 por acção) referentes ao exercício de 2008.

31 Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa tinha as seguintes responsabilidades com rendas vincendas de contratos de aluguer operacional de viaturas, não expressas no balanço:

	2010	2009
Activos fixos tangíveis	264.302,50	168.692,00
	264.302,50	168.692,00

<u>Rendas vincendas</u>	< 1ano	1 - 5 anos	Total
Em 31 de Dezembro de 2010			
- viaturas ligeiras de passageiros	129.936,68	134.365,82	264.302,50

32 Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa apresenta os seguintes passivos contingentes decorrentes de garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objecto	2010	2009
Tribunal do Trabalho de Lisboa	Processo judicial	27.561,81	27.561,81
Tribunal do Trabalho de Setúbal	Processo judicial	11.700,08	11.700,08
EDP	Prestação de serviços de aluguer	9.460,80	9.460,80
Serviços de Finanças de Almada - 2ª. Repartição	IRC 1999	-	403.159,88
Câmara Municipal de Almada	Prestação de serviços de aluguer	7.844,85	7.844,85
Câmara Municipal do Montijo	Prestação de serviços de aluguer	-	3.727,50
Serviços Municipalizados do Seixal	Contrato de consumo de água	2.528,91	2.528,91
Serviços Municipalizados de Almada	Contrato de consumo de água	1.710,88	1.710,88
EP - Estradas de Portugal	Prestação de serviços de aluguer	5.369,70	-
		<u>66.177,03</u>	<u>467.694,71</u>

A variação verificada face ao exercício anterior, deve-se à anulação da garantia bancária emitida a favor dos Serviços de Finanças de Almada, no montante de € 403.159,88, cujo processo foi revogado a favor da Empresa.

33 Matérias Ambientais

Durante os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua actividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

No que concerne ao tratamento de óleos, a ECOLUB procede à recolha dos óleos usados, gratuitamente, e em 2010 certificou a adesão da Empresa ao SIGOU (sistema integrado de gestão de óleos usados), demonstrando a sua atitude ambiental correcta, bem como o cumprimento da legislação em vigor.

34 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa é controlada pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA que detém 100% do capital da Empresa. A Arriva é detida pela Deutsche Bahn AG (ver Nota 1).

34.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da TST foi considerado, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. As remunerações atribuídas à Administração pelo desempenho das suas funções encontram-se evidenciadas na Nota 25.

34.2. Transacções entre partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Empresa efectuou as seguintes transacções com partes relacionadas:

	2010	2009
Vendas de bens, produtos e serviços		
Prestação de Serviços		
Grupo Accionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	-	2.857,14
Arriva International	7.650,00	-
Arriva PLC	294,99	2.885,59
	<u>7.944,99</u>	<u>2.857,14</u>
Associadas		
Otlis, ACE	25.662,00	17.446,00
	<u>25.662,00</u>	<u>17.446,00</u>
	2010	2009
Compras de bens, produtos e serviços		
Compra de bens e produtos		
Grupo Accionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	848.070,00	-
Triesti Transporti	23.000,00	-
Arriva Openbaar NV	11.305.542,30	147.820,80
	<u>12.176.612,30</u>	<u>147.820,80</u>
Associadas		
Otlis, ACE	952.246,92	714.095,55
	<u>952.246,92</u>	<u>714.095,55</u>
Compra de serviços		
Grupo Accionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	58.916,67	174.412,91
Arriva Personenvervoer	-	203,92
Arriva London	961,93	3.124,48
Arriva PLC	1.703,53	7.357,09
	<u>61.582,13</u>	<u>185.098,40</u>
Associadas		
Rodinform, SA	36.102,00	38.542,00
	<u>36.102,00</u>	<u>38.542,00</u>
	2010	2009
Saldos devedores		
Grupo Accionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	-	3.000,00
Arriva International	7.650,00	-
Arriva PLC	270,00	69,41
	<u>7.920,00</u>	<u>3.069,41</u>
Associadas		
Rodinform, SA	25.241,05	-
Otlis, ACE	117.367,00	34.516,59
	<u>142.608,05</u>	<u>34.516,59</u>
Saldos credores		
Grupo accionista		
Arriva Portugal Transportes, Lda	-	1.500,00
Arriva Personenvervoer	-	203,92
Arriva PLC	-	7.000,00
Arriva Openbaar NV	5.542,30	-
	<u>5.542,30</u>	<u>8.703,92</u>
Associadas		
Rodinform, SA	-	14.541,60
Otlis, ACE	651.646,55	178.929,95
	<u>651.646,55</u>	<u>193.471,55</u>

António

ju
ES
W

35 Eventos subsequentes relevantes após o termo do período

À presente data foram recebidas do Governo as indemnizações compensatórias pela venda de passes sociais, combinado e multimodal, no montante de € 5.815.530,13. Estes valores tinham sido reconhecidos como rédito, deduzido de IVA, nos exercícios de 2009 e 2010.

Foi igualmente recebida após o termo do período findo em 31 de Dezembro de 2010, a partilha financeira no âmbito do acordo para a implementação do passe sub23@superior.tp, referente ao período de Setembro de 2009 a Outubro de 2010, no valor de € 685.668,23, cujo rédito foi registado nesse período, deduzido de IVA.



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da TST - Transportes Sul do Tejo, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 56.602.488 euros e um total de capital próprio de 13.500.141 euros, incluindo um resultado líquido de 1.018.843 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7 Os activos intangíveis em 31 de Dezembro de 2010 incluem o valor dispendido para obtenção do direito de utilização da marca "Arriva" por um período de 15 anos, no montante, líquido de amortizações, de 1.532 milhares de euros. Dadas (i) as alterações registadas em 2010 ao nível da estrutura accionista do Grupo, (ii) o facto de não termos obtido informação suficiente que nos permita aferir se o valor recuperável é superior à quantia escriturada desse activo e (iii) não ter sido apurado o efeito do desconto para o momento presente do valor a pagar à Arriva plc que será liquidado apenas no final do contrato, não nos é possível concluir sobre a razoabilidade do valor

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

deste activo intangível e do valor a pagar à Arriva plc, no montante de 2.300 milhares de euros, registado no passivo não corrente.

Opinião

8 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TST - Transportes Sul do Tejo, SA em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

28 de Julho de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhor Accionista Único,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da TST – Transportes Sul do Tejo, SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2 No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, excepto no aspecto mencionado na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa, com quem contactámos, pela colaboração recebida.

28 de Julho de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão, R.O.C.